



## **A interlocução entre Narrativas e Representações Sociais – uma aproximação propícia para significativas interpretações em comunicação<sup>1</sup>**

Paulo Roberto de Oliveira Nassar  
Universidade de São Paulo, São Paulo / SP

Natália de Campos Tamura  
Universidade de São Paulo, São Paulo / SP

### **Resumo**

Este artigo busca discutir a relação, aproximação e complementaridade entre narrativas e representações sociais. As narrativas, como um dos componentes centrais do ato de comunicação e as representações sociais, situada na interface dos fenômenos individual e coletivo, dão ensejo para uma aproximação fértil para significativas interpretações em comunicação.

**Palavras-chave:** narrativas, representações sociais, historicidade

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) GT 3. Discursos, identidades e relações de poder, atividade integrante do XIV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.



Para falarmos de um encontro, é preciso articularmos suas confluências, aspectos afins e proximidades temáticas. Neste sentido, em que narrativas, localizadas na comunicação e em interfaces como a comunicação, a literatura, a história e a filosofia, teriam a ver com representações sociais, esta posicionada no campo da psicologia social? Acreditamos que os temas são congruentes na medida em que próximos ajudam-se a interpretar o labiríntico contexto de sentidos e formas da realidade reveladas no cotidiano, principalmente no contexto das relações humanas.

O objetivo deste texto é refletir sobre a aproximação e complementaridade das ideias acerca da narrativa e das representações sociais, ainda que entendamos que cada uma dessas ideias trabalha um conceito amplo e específico dentro do seu campo epistemológico. Para isso, entendemos primeiramente necessário apresentar alguns breves conceitos e abordagens teóricas sobre os objetos de estudo para depois refletirmos sobre as relações que entendemos intrínsecas entre eles.

### **As Representações Sociais**

Representações sociais, entendida como conceito intermediário entre Psicologia Social Psicológica e Psicologia Social Sociológica, se trata de uma teoria científica sobre os processos através dos quais os indivíduos em interação social constroem explicações sobre as pessoas e as suas relações e interações com uma determinada cultura ou culturas.

Segundo Moscovici, pesquisador referencial sobre a temática, Representações Sociais são como um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiramente estabelecer uma ordem para possibilitar às pessoas orientar seu mundo material e social e possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade fornecendo-lhes um código para nomear e classificar sem ambiguidade os vários aspectos de seu mundo, de sua história individual e social (1978, p. 21).



Uma representação, segundo sua abordagem, não é uma cópia autêntica de um objeto existente na realidade objetiva, mas uma construção coletiva em que as estruturas de conhecimento do grupo recriam o objeto com base em representações já existentes, substituindo-o (MOSCOVICI, 1961).

Representações, uma vez criadas adquirem vida própria, circulam, e dão oportunidade ao nascimento de novas representações enquanto velhas representações deixam de existir. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza é ignorada, mas enrijecida ela se torna. Quanto menos consciente somos em relação às representações que carregamos, maior se tornam suas influências sobre nosso comportamento e formas de pensar. São continuamente procedentes de arquétipos de raciocínio comum ou pré-concepções estabelecidas ao longo de um considerável espaço de tempo ou, em outras palavras, coletadas de histórias e crenças sociais que carregam consigo o padrão de imagens genéricas. Elas encontram a fonte de desenvolvimento e os meios de se legitimar, pois esses locais estão ancorados no e na experiência ritualizada (MOSCOVICI, 2015, p.245).

Denise Jodelet (1989) traz à luz aspectos comunicativos envolvidos no processo de reconhecimento das representações sociais, já que as entende como variedades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Neste sentido, são maneiras de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos, manifestando-se socialmente e contribuindo, conseqüentemente na estruturação de uma realidade comum, que viabiliza a comunicação. Para a pesquisadora, as representações são, portanto, fenômenos sociais que, ainda que manifestados por meio de imagens, conceitos, categorias e teorias precisam ser interpretados a partir do contexto onde foram produzidos e significados simbólica e ideologicamente a realidade que servem. Segundo a teoria das Representações Sociais, quando não somos capazes de avaliar ou descrever algo a nós mesmos ou a outras pessoas, experimentamos uma resistência, um distanciamento que só é superado quando damos nome ou classificamos este objeto, ou ainda quando o colocamos em uma determinada categoria, rotulando-o com um nome

conhecido. Sob a concepção das representações sociais, assim como as classificações que fazemos são pré-concebidas, as reações emocionais, percepções e racionalizações também o são, não sendo apenas respostas a estímulos externos.

Ainda conforme Jodelet (2009), em se tratando de sua gênese e de suas funções, as representações sociais podem ser relacionadas a três esferas de pertença: a da subjetividade, a da intersubjetividade e a da transubjetividade, ilustradas na imagem a seguir.

*As esferas de pertença das representações sociais*

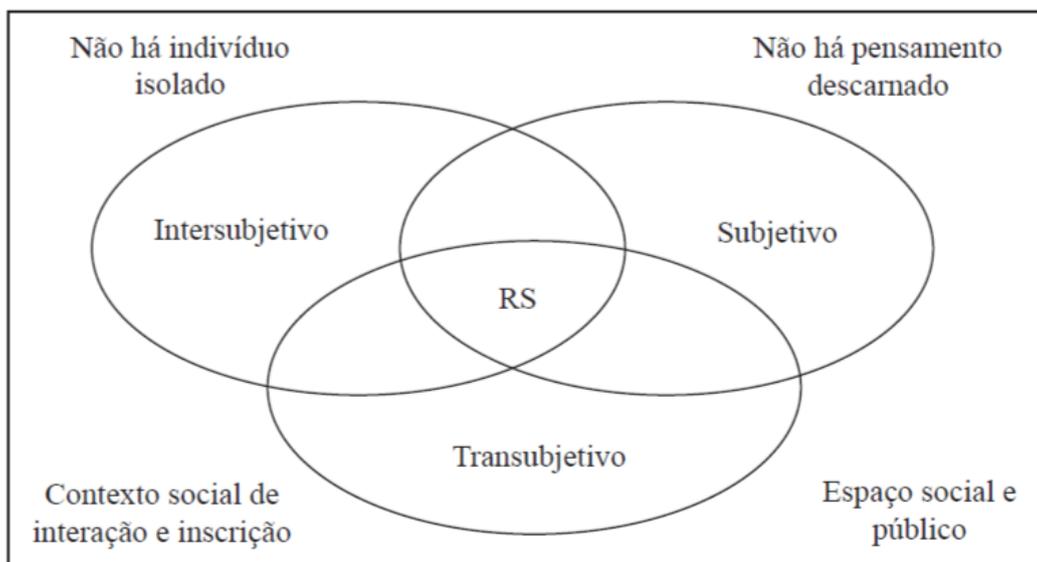


Imagem criada pela autora (2009)

Consonante às palavras de Jodelet (2009), toda representação social é relacionada a um objeto e a um sujeito, como indicado nos ângulos do esquema, devem ser concebidos não como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição.

O contexto social de inscrição e interação compreende dois importantes processos: “a participação em uma rede de interações com os outros, por meio da

comunicação social” e, por outro lado, segundo a autora (JODELET, 2009, p. 696) “lugar na estrutura social e da posição nas relações sociais, inserção nos grupos sociais e culturais que definem a identidade, contexto da vida onde se desenrolam as interações sociais e espaço social e público”.

Segundo a autora, quando aborda a especificidade da representação do sujeito como pensamento, acredita que se trata de um espaço de pesquisa que ainda precisa ser balizado. Ainda assim, acredita que

Falar de sujeito, no campo de estudo das representações sociais, é falar de pensamento, ou seja, referir-se a processos que implicam dimensões físicas e cognitivas, a reflexividade por questionamento e posicionamento diante da experiência, dos conhecimentos e do saber, a abertura para o mundo e os outros. Processos que tomam uma forma concreta em conteúdos representacionais expressos nos atos e nas palavras, nas formas de viver, nos discursos, nas trocas dialógicas, nas afiliações e nos conflitos (JODELET, 2009, p. 699)

Para Wagner (1998, p.4), representação social é simultaneamente um “conteúdo mental estruturado, isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico, sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social” e “um processo público de criação, elaboração, difusão e mudança do conhecimento compartilhado”.

Ainda de acordo com Wagner (1998), a representação não explica a ocorrência de comportamentos, mas o próprio comportamento faz parte da representação. Para o autor, o que precisa ser explicado não é a relação entre representação e comportamento, mas a relação do complexo representação-ação e suas consequências na realidade social. Enfim, são muitas as abordagens sobre as representações sociais e de diversos autores tanto é que a teoria traz características que a aproximam de um paradigma de pesquisa com espaço para se investigar os efeitos de contextos interacionais com objetos sociais e relações entre pensamento social e individual.

Este artigo, entretanto, se aterá a proposição primeira sobre a teoria, refletida por Moscovici (2015) - um estudo científico do senso comum. Representações Sociais

tornam-se senso comum diariamente e espontaneamente por dizerem respeito a todo conhecimento compartilhado pela sociedade, entrelaçado com a nossa linguagem e constitutivo de nossas relações e de nossas habilidades. “Usamos o senso comum para organizar nossa experiência cotidiana, não racionalizando sobre ele ou colocando-o a certa distância para observá-lo, sem que ele mesmo esteja implicado nisso” (MOSCOVICI, 2015, p. 203). Isso quer dizer que representações de diferentes origens são reduzidas a um conhecimento compartilhado e popular, tendo sua própria coerência e rigor e, temporalmente, são substituídos por outro.

### **Sobre Narrativas**

Mesmo não tendo tratado diretamente sobre a comunicação ao longo da sua obra, o filósofo francês Paul Ricoeur desenvolveu uma significativa contribuição teórica em relação à questão da narrativa, o que favorece consideravelmente a reflexão sobre os processos de comunicação delineados por elas. Conhecido como filósofo do sentido, para ele narrar não é um problema linguístico, mas sim uma forma de estar no mundo e entendê-lo. É pela narrativa que construímos as perspectivas sobre o tempo e, da mesma forma, somente o reconhecemos porque ele é narrado. “Tudo o que se narra acontece no tempo, desenvolve-se temporalmente; e o que se desenvolve no tempo pode ser contado.” (RICOEUR, 1987, p. 24).

Nos vários trabalhos voltados à função narrativa, mas, sobretudo em *Tempo e Narrativa* (1996), Ricoeur traz a luz três substanciais reflexões: a de “preservar a amplitude, a diversidade e a irredutibilidade dos usos da linguagem”; a de “associar as formas e as modalidades que existem nos jogos de narrar e, finalmente, “por à prova a capacidade de selecionar e de organizar a linguagem, quando essa se estrutura em unidades textuais”. Nesse sentido, o texto se torna meio apropriado para fazer uma espécie de ponte entre o vivido e o narrado. (RICOEUR, 1987)

Primeiramente entende que é infactível estruturar a história senão de modo narrativo. Até mesmo quando a história se afasta deste gênero textual, como em alguns contos antigos, na história religiosa, nos escritos políticos que remontam tratados com caráter documental, por exemplo, ela ainda é narrativa. Independentemente do caráter assumido, seja social, econômico ou cultural, histórias mantêm-se ligadas ao tempo e a tênue proposta de interligar uma situação inicial ao seu desfecho.

Segundo o autor (1996) é também a dimensão narrativa que opera a mediação entre o tempo fenomenológico e o tempo cosmológico, num tempo de natureza histórica, isto é, vivido e percebido numa espécie de arquitetura temporal de cada época. Para Ricoeur (1996) a narrativa articula a nossa experiência de tempo, da mesma forma que o tempo se torna humano pela narrativa. A vida humana seria semelhante a um texto, na medida em que expressa sentidos que podem ser explicitados por meio da interpretação. Texto este que se projeta para além dele mesmo, através da aproximação, ainda que simulada, da experiência vivida. O que o autor chama de mundo do texto, é a experiência pela qual passamos quando, no ato da leitura, deixamos entrecruzar o mundo do texto e o mundo do leitor.

Segundo Martino (2016), na chamada área da Comunicação, os estudos sobre narrativas parecem estar concentrados, sobretudo em jornalismo. Para o pesquisador, é interessante observar que os estudos sobre a temática se voltam, na maior parte, para a investigação de narrativas associadas a meios de comunicação específicos: a narrativa da publicidade, a narrativa jornalística, as narrativas sobre organizações são pensadas em termos mais midiáticos, quando não vinculadas a uma área profissional, do que propriamente nas potencialidades comunicacionais do ato narrativo.

Para Nassar (2012), as narrativas e as comunicações organizacionais de modelo administrativo, ou seja, focadas na mecanização, automação e na lucratividade, com mensagens disparadas pelos níveis gerenciais e sem espaço para feedbacks, tornaram-se velhas. Falamos de narrativas cujo propósito está apenas na produtividade e objetividade técnica, entendendo o receptor como personagem passivo do processo comunicativo. Tais narrativas, com caráter autocentrado, estariam apenas contribuindo

para a sobrecarga de informações sem sentido, disparadas sem efeitos comunicacionais, sem criação de sentidos e de significados.

Uma vez que a comunicação no ambiente da sociedade e das organizações deve seguir um fluxo onde o longo prazo não é desejável, é impregnada pela superficialidade informacional, escoada em seus conteúdos, drenada em seus significados e desencantada em sua essência, tornando-se fria, objetiva, nem afetiva, nem efetiva. Torna-se, portanto, cúmplice e reprodutora de narrativas que já não atendem mais a comunicação. Narrativas velhas, efêmeras, produtoras apenas de uma descomunal obesidade informacional (NASSAR, RIBEIRO, 2012)

O esvaziamento semântico entre narrativa e informação, salientada por Nassar e Ribeiro (2012), já havia sido descrito por Benjamin (1987), ao explanar que enquanto os acontecimentos estivessem a serviço apenas da informação, e não da narrativa, somente teria valor no momento em que ocorressem, isto é, no seu tempo real. Diferentemente deste fato está a narrativa que conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver e se entregar - “a sabedoria – lado épico da verdade – está em extinção” (BENJAMIN, 1987, p. 201).

Retomando Nassar, mais do que saber construir e contar as suas histórias, o ser humano construiu a si e as suas sociedades pela permanência no tempo milenar de suas narrativas, principalmente a partir daquelas narrativas que foram escritas. Como narrativa, o ritual se apresenta em texto, em corpos, em performance de atores, em voz, imagens ou canto, sempre caracterizado pela repetição do que é dito e partilhado por um determinado grupo (NASSAR, et al. 2018).

Os rituais são narrativas construídas por meio de elementos simbólicos (corporais, orais ou não orais) que são marcados pela repetição e pela intenção retórica. Nesse primeiro enquadramento conceitual pode-se falar em narrativas da experiência. Estão presentes nas memórias de todas as culturas, como processos de identificação e afirmação dessas culturas e de seus integrantes. Nesse segundo enquadramento pode-se falar em memórias rituais. Essas narrativas rituais e da experiência –



marcadas na memória humana – podem se caracterizar como sagradas ou profanas (NASSAR; FARIAS, 2018, p.348).

Narrativas, assim, são mais do que o desejo de contar histórias ou rememorá-las em intenções expressivas – resignificam nosso modo de existir pelos diferentes rituais onde se manifestam, recriando sentidos, emoções, entendimentos e temporalidades.

Além disso, a narrativa é o espaço de encontro com o outro. O ato de contar histórias está ligado, segundo Martino (2016), em boa parte dos casos, ao sentido de compartilhar algo com outras pessoas porque são contadas para o outro. “O ato narrativo, o momento de contar uma história, parece ser um momento privilegiado para se pensar e entender o ato comunicacional como uma forma de encontro com o outro” (MARTINO, 2016). Quando narramos para o outro, seja transmitindo uma experiência individual, seja contando o que outros contaram, reforçamos a constituição do nosso ser social e político na realidade psicossocial a qual fazemos parte. Até mesmo quando narramos para nós mesmo algum fato, recorremos à rememoração transmitida pelos nossos antepassados, reorganizando nossa perspectiva de estar no mundo.

O ato de narrar, se por um lado é dirigido a uma exterioridade, por outro lado não pode ser separado de uma interioridade que deve apreender, anteriormente, os elementos do que será contado: em outras palavras, só posso contar uma história na medida em que aprendo e compreendo os fatos que serão transformados nos elementos fundamentais dessa história; no entanto, essa apreensão acontece exclusivamente de acordo com meus próprios modos de conhecer, que, longe de serem exclusivamente meus, são constituídos ao longo de minha vida, de meus relacionamentos, de minha trajetória dentro da sociedade. Narro a partir do que sei, mas o que sei está ligado diretamente às condições que tenho para conhecer a realidade. (MARTINO, 2016)

Narrativas, neste sentido, por ocuparem o privilegiado lugar da sensibilidade em um diálogo, terem em sua natureza intrínseca o movimento de ir e vir e, na medida em que narramos, afetamos e somos afetados, como um dar e receber

interdependentemente, seriam a maneira mais recíproca para acessarmos a vida do outro e estabelecermos genuína relação diante da pluralidade do comum.

### **Considerações finais**

Pensando na transversalidade das narrativas como um dos componentes centrais do ato de comunicação e das representações sociais, situada na interface dos fenômenos individual e coletivo, entendemos que a interlocução entre ambos seria uma aproximação fértil para significativas interpretações em comunicação.

Fica-nos claro até então que narrativas, mais do que dirigirmo-nos a palavra ao outro se trata de um movimento de solicitude, de entrega da nossa atenção assim também como de acolhimento do repertório de quem narra. Mais do que o ato de falar, narrativas carregam consigo a postura do ouvir porque é no encontro com o outro que dirigimos nossa pessoal essência de ser com o que temos. Para alguns narrar é ser; para outros, narrar é estar; para outros ainda, narrar é acontecer.

É diante da complexidade do corpus da narrativa, na tentativa de estabelecê-la com o outro que é preciso mais do que dirigir-se a este outro, mas verdadeiramente acessá-lo na completude da sua presença. É neste sentido que compreendermos as representações sociais como uma teoria científica facilitadora de interação social, capaz de apoiar a construção de explicações sobre como entendemos o mundo e como ele nos chega.

Uma vez que representações, conforme dito (MOSCOVICI, 2015), não são cópias autênticas de um objeto existente na realidade objetiva, mas construções coletivas recolhidas de histórias e crenças sociais que carregam consigo o padrão de imagens genéricas, somente podem ser narradas a partir da especificidade em que são constituídas.

Representações sociais são inerentes a todo indivíduo e influenciam nosso comportamento e formas de pensar ainda que tenhamos consciência sobre isso. Por isso, mostram-se também sobre as formas de lermos e narrarmos o mundo, atribuição esta

que ora contribui na estruturação de uma realidade em comum, ora nos afasta por romper com a comunicação entre indivíduos que representam suas verdades paradoxalmente.

Da mesma forma, segundo Martino (2016), as narrativas estão ligadas aos sistemas classificatórios dos grupos e indivíduos que narram. “Toda narrativa traz, inscrita em si, as marcas do contexto em que são produzidas” (MARTINO, 2016). Por isso, o ato de narrar não começa, nem termina na voz de quem o faz, mas perpetua-se na comunhão de quem o experiencia, assim como as representações que os alicerçam.

Posto que a narrativa como instrumento de vinculação, é constituída tanto por linhas cognitivas quanto afetivas (MARTINO, 2016), o campo da comunicação, entre várias atribuições, deve prezar pela experiência de compreensão do outro a partir das suas narrativas, experiências ritualizadas e seu modo de representá-las socialmente. As representações sociais têm historicidade. Tem começo, meio e fim. São construídas e percebidas em contextos históricos, sociais, psicológicos e tecnológicos. E principalmente por meio de palavras, imagens e sons se configuram como construções narrativas porque dão sentido e significado para aquilo que se quer expressar ou explicar de alguma forma. Como afirma Benedito Nunes,

... no sentido mais amplo que admitimos hoje, cabe chamar de narrativa a títulos diferentes, ao mito, à lenda e ao caso, formas simples, literariamente fecundas, mas que não são propriamente literárias como o conto, a novela e o romance; às várias espécies de relatos orais e a modalidades de escrita – biografias, memórias, reportagens, crônicas e historiografia – sobre eventos ou seres reais, que se excluem do nível ficcional ; e, finalmente, alcançando ou não esse nível, às formas visuais, ou obtidas com meios gráficos (histórias em quadrinhos), e com meios pictográficos ou escultóricos, como determinadas pinturas ou esculturas que nos legaram a Idade Média e o Renascimento ou que são obtidas através da imagem cinematográfica e televisionada (NUNES, 2013, p.8).

Ainda neste sentido, as narrativas são enunciados sobre a realidade do mundo, de sua natureza, de seus objetos, de suas pessoas e de seus fenômenos. Em convergência com o que expressa o campo dos estudos narrativos, as representações sociais também



se dão em um tempo e em um espaço, têm historicidade, e contam, a partir de um ponto de vista, de uma intenção, sempre alguma coisa, por tudo isto, são narrativas. O conceito de representações sociais pensado por Moscovici se concretiza nas mais diferentes formas expressivas, contextualizadas no tempo e no espaço. Forma de pensar as representações sociais que as aproximam da forma como Ricouer pensa a narrativa.

## Referências

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, v.1, 1987.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: As Representações Sociais. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade. Revista Parágrafo. Jan/jun 2016.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOSCOVICI, Serge. A psicanálise, sua imagem e seu público. Rio de Janeiro: Vozes; 1961.

NASSAR, P. e POMARICO, Emiliana. NASSAR, Paulo e POMARICO, Emiliana. Velhas e Novas Narrativas. In: Estética. Revista n. 8, artigo 6, 2012. Disponível em: <http://200.144.182.150/estetica/index.php/artigo-6-revista-8>. Acesso em março de 2020.

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz Alberto de; RIBEIRO, Emiliana Pomarico. Narrativas rituais: uma aproximação entre Comunicação e Antropologia. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia (orgs). Tendências em comunicação organizacional: temas emergentes no contexto das organizações, FACOS – UFSM. 2018. p. 209 – 224.

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz Alberto de. Memórias rituais: narrativas da experiência. 01 jan. 2018, 30 jun. 2018. Notas de Aula.

NASSAR, Paulo; FARIAS, L. A. B. . Memória, identidade e as empresas brasileiras: a difícil metamorfose. In: FILGUEIRA, João; PEIXINHO, Ana Teresa (Orgs.). Narrativas Mediáticas e Comunicação: Construção da Memória como Processo de Identidade Organizacional. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 331-356.

NUNES, Benedito. O tempo na narrativa. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

RICOEUR, Paul. De l'interprétation. L'Encyclopédie Philosophique, Paris: PUF, 1987.



RICOEUR, Paul. Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papirus, 1996. v. 1, 2, 3.

WAGNER, W. (1998). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (Eds.), Estudos interdisciplinares de representação social (pp. 3-25). Goiânia:AB.